

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Albertina Ferreira Amorim** (a Entidade), com sede em Mozelos – Feira, que compreendem o balanço em 31 dezembro 2024 (que evidencia um total de 1.323.103 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.239.775 euros, incluindo um resultado líquido de 7.841 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fundação Albertina Ferreira Amorim em 31 dezembro 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 19 maio 2025.

(Sérgio Paulo Esteves de Poças Falcão, ROC 751 registado na CMVM sob o nº 20160384), em representação de
Álvaro, Falcão & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Fundadores e Curadores,

Nos termos legais e estatutários vem o Fiscal Único de **Fundação Albertina Ferreira Amorim**, com sede em Mozelos - Feira, apresentar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Direção em relação ao exercício findo em 31 dezembro 2024.

1. Procedemos, nos termos legais e estatutários:

- à fiscalização dos atos da Direção, através de reuniões e consulta de atas, e dos elementos de contabilidade e das informações e esclarecimentos obtidos da mesma e dos serviços;
- à verificação da observância da lei e do cumprimento do contrato da Entidade;
- à verificação periódica, com a profundidade e extensão consideradas adequadas nas circunstâncias, da atividade da Entidade, documentos, regularidade dos registos e livros de escrituração, bem como da existência dos principais ativos;
- à avaliação sobre se as políticas contabilísticas e critérios de valorimetria/mensuração adotados pela Entidade estão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- à avaliação da eficácia do sistema de controlo interno implementado pela Direção;
- à fiscalização do processo de preparação e divulgação da informação financeira;
- à verificação da exatidão do Balanço, da Demonstração dos resultados por naturezas, da Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais, da Demonstração dos fluxos de caixa do exercício, e das respetivas Notas Anexas;
- à apreciação do Relatório de Gestão emitido pela Direção, e da proposta de aplicação de resultados nele inserta;
- à apreciação da Certificação Legal das Contas emitida nesta data pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual expressa uma opinião sem reservas nem ênfases.

2. A ação fiscalizadora desenvolvida permite-nos concluir que:

- os atos da Direção do nosso conhecimento salvaguardam o cumprimento da lei e do contrato da Entidade;
- a atuação do sistema de controlo interno implementado pela Direção afigura-se-nos adequada e eficaz no controlo dos riscos a que a Entidade está exposta;
- a contabilidade e as contas satisfazem as disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, refletem a atividade desenvolvida e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados da Entidade;
- afigurasse-nos adequada a apropriação, pelo Conselho Diretivo, do pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras, tendo em conta as explicações obtidas e explanadas nos



documentos de prestação de contas, não obstante as repercussões que se fazem sentir e a incerteza sobre os impactos decorrentes da instabilidade social, económica e política despoletada por conflitos internacionais, tanto militares como comerciais;

- o Relatório de Gestão é concordante com as contas apresentadas e expõe com fidelidade a evolução da atividade e dos negócios no exercício;
- a proposta de aplicação de resultados é adequada e encontra-se devidamente fundamentada.

3. Podemos assim declarar:

- tendo em conta o referido na Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a nossa concordância com o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2024 apresentadas pela Direção;
- que tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação financeira divulgada foi elaborada em conformidade com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Entidade, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Entidade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.
- a nossa concordância com a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a qual não apresenta reservas nem ênfases.

4. Nesta conformidade, tendo em conta as ações levadas a cabo, somos de parecer que:

- sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2024 apresentados pelo Conselho Diretivo;
- seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Mozelos, 19 maio 2025.

O Conselho Fiscal

Presidente

(José Manuel Ferreira Rios)

Vogal

(Pedro Jorge Ferreira de Magalhães)

Vogal


(Sérgio Paulo Esteves de Poças Falcão, ROC 751,) em representação de
Álvaro, Falcão & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.